

mar ep / 80

# CAMPANHAS

PELO REAJUSTE DE  
48% A PARTIR  
DE 1 DE MARÇO  
POR REAJUSTES SEMESTRAIS  
PARA O MAGISTÉRIO

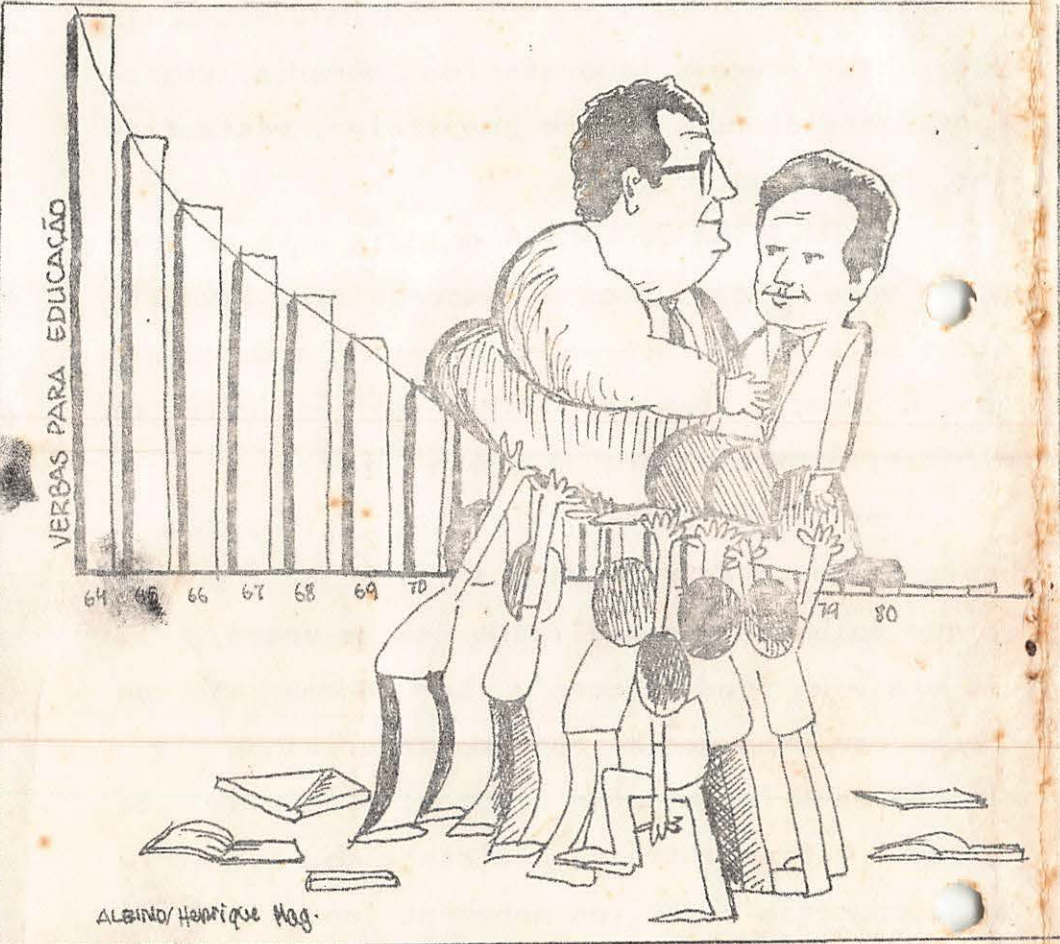
POR MAIS VERBAS DO  
ESTADO PARA A EDUCAÇÃO  
PELO ENSINO PÚBLICO  
E GRATUITO

# AD

# INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SEÇÃO JOÃO PESSOA - BOLETIM INFORMATIVO

Nº 19



REMETENTE:  
ADUFPb-JP  
Caixa Postal 492  
58.000 - João Pessoa - Pb

## APRESENTAÇÃO

No II Encontro Nacional de Associações Docentes (II ENAD), realizado em João Pessoa - Pb, de 25 a 29 de fevereiro, professores universitários de todo o Brasil e suas entidades representativas tomaram a decisão de realizar este ano duas **CAMPANHAS NACIONAIS** - UMA DE REAJUSTE SALARIAL E OUTRA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO E POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO. A ADUFPb-JP deliberou iniciar as campanhas através da publicação de cartazes, promoção de debates, reuniões e assembléias para garantir a participação ampla da comunidade universitária e de todos os setores interessados na questão da educação. Este AD informa **CAMPANHAS** deve servir como um primeiro e preliminar subsídio para a concretização e ampliação das nossas campanhas.

ALÉM DE GARANTIR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA, CONSTITUIRIAM APOIO AOS MAIS NECESSITADOS: bibliotecas, laboratórios, moradia, transporte, assistência médico hospitalar, restaurantes, bolsas, etc...

- A POLÍTICA ECONÔMICA do país deve se orientar para metas justas e democráticas, estabelecidas segundo os interesses da maioria da população. É preciso promover a distribuição justa da riqueza; é preciso acabar com a pobreza.

O ministro Portella afirmou: "a educação é basicamente um esforço de qualificação, é preciso que saibamos que qualidade tem um preço, e que ela é um produto caro". Nós podemos até concordar com essa idéia, contudo acreditamos que ela não pode fundamentar argumentos a favor de um utilitarismo estreito e distorcido, que atribua à educação objetivos meramente economicos, passíveis de um balanço capitalista.

A EDUCAÇÃO DEVE SER GRATUITA EM TODOS NÍVEIS PORQUE SEU PRODUTO FINAL - O HOMEM LIVRE - NÃO TEM PREÇO.

cratizar-se, desenvolver-se, há de saber que a cultura humanística e científica, a inteligência crítica e a inventividade são condições prévias para a realização de tal desiderato. E há de saber também que sem uma Universidade atuante, criadora e livre, não se pode desenvolver essa cultura, como já o haviam compreendido, Armando de Salles Oliveira à frente, os fundadores da USP. Ora, essa Universidade, mostra o exemplo de toda a história do nosso ensino, só pode ser pública e autônoma e, para cumprir a sua missão, não pode ficar mendicando dos governos as migalhas que sobram dos festins orçamentários.

3 - ESTUDAR É UM DIREITO - O ALUNO CARENTE (POBRE) DEVE SER ATENDIDO SEM PREJUÍZO DO SEU DESEMPENHO ENQUANTO ESTUDANTE E SEM QUE SE COMPROMETA SEU FUTURO PROFISSIONAL. Por outro lado soluções individuais, que parecem concessões ou esmolas, apenas escamoteiam o problema que, na verdade, é DO PRÓPRIO MODELO ECONOMICO ADOPTADO PARA O PAÍS PELO ATUAL REGIME POLÍTICO. A solução para o estudante carente é ele deixar de ser carente, para isso:

- AS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO DEVEM SER AUMENTADAS - NÃO SE PODE CONTAR COM RECURSOS QUE

PELO REAJUSTE DE 48% A PARTIR DE  
1º DE MARÇO

POR REAJUSTES SEMESTRAIS PARA O  
MAGISTÉRIO SUPERIOR

No final do ano passado, realizamos um grande movimento reivindicatório com respeito à questão salarial. Durante as mobilizações, inclusive durante a greve geral por tempo limitado, debatemos e compreendemos que uma luta salarial para ter possibilidades reais de ser vitoriosa deve ter âmbito NACIONAL. Daí termos colocado o II ENAD como momento fundamental para o andamento da campanha salarial.

Agora, como decisão do II ENAD, temos uma CAMPANHA NACIONAL DE REAJUSTE SALARIAL para ser assumida e precisamos mais do que nunca ter claras as justas razões para tal campanha.

De imediato uma primeira questão surge: por que nós que somos assalariados, algo privilegiados, devemos realizar uma campanha salarial? Poderíamos apontar o equívoco de

3 -  
formulação, pois A ALTA TAXA DE CONCENTRAÇÃO DE RENDAS VIGENTE NO PAÍS HOJE NÃO DECORRE FUNDAMENTE DAS DIFERENÇAS ENTRE SALÁRIOS, MAS BASICAMENTE DA DIFERENÇA ENTRE ASSALARIADOS, NA SUA IMENSA MAIORIA CADA VEZ MAIS EXPLORADOS; E PROPRIETÁRIOS DOS GRANDES MONOPÓLIOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS, MAIORES BENEFICIADOS PELA POLÍTICA ECONOMICA DO GOVERNO AUTORITÁRIO, A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS.

Em segundo lugar, não estamos exigindo privilégios e/ou AUMENTO de salários, mas uma REPOSIÇÃO SALARIAL. Isto é, ESTAMOS LUTANDO PELOS 48% QUE FORAM "RETIRADOS" DOS NOSSOS SALÁRIOS ENTRE 1970 E 1980, conforme estudo criterioso dos colegas e Associações Docentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. EXIGIMOS OS 48% QUE PERDEMOS COM A POLÍTICA ECONOMICA DO GOVERNO NESTES ÚLTIMOS 10 ANOS. Portanto não estamos, nem poderíamos estar, entre os beneficiados do Regime que luta pela privatização do ensino, que diminui as verbas para a educação, que censura atividades científicas e culturais, que cassa professores, funcionários e estudantes.

OS ALUNOS EM TODOS OS NÍVEIS - É A FORMA DE SE ASSEGURAR, PELO MENOS, À MAIORIA DA POPULAÇÃO O ACESSO À EDUCAÇÃO. É evidente que essa mesma garantia para a totalidade da população exige modificações estruturais, na organização da sociedade, que vão muito além da gratuidade do ensino e extrapolam a própria educação.

2 - O CUSTEIO DA EDUCAÇÃO É RESPONSABILIDADE DA QUAL O ESTADO NÃO PODE SE EXIMIR. Muniz Oliva - o reitor da USP - em carta para o assessor do Maluf, afirma temer que a cobrança de anuidades seja uma forma de "resolver o problema do custeio da Universidade, o que é dever do Estado".

O Conselho Universitário da USP vai além: "Ninguém se deixa enganar por essa política do Estado brasileiro, inaugurada em nível federal na década de 70, e, ao que parece, entusiasticamente apoiada, em nível estadual, pelo atual governo, de livrar-se das suas responsabilidades indiscutíveis no âmbito da educação superior, a fim de liberar recursos para obras de duvidoso interesse social, mas de inegáveis efeitos eleitorais."

Qualquer país que pretenda civilizar-se, demo-

niversidade (e da Educação em nível Superior) para a SOCIEDADE COMO UM TODO, sobretudo, quando se pretende que esta seja organizada, livre e democraticamente, segundo os interesses e necessidades da maioria da população.

Este debate está aberto e não se pode ainda considerá-lo concluído; contudo alguns pontos são pacíficos e incontestáveis:

1 - A educação (em todos os níveis) é um DIREITO de todos - é, portanto, um DEVER do Estado

2 - Para o Estado, sobretudo em países não desenvolvidos, a educação é INVESTIMENTO e não GASTO. Segundo indicações da UNESCO a aplicação em educação deve ser de no mínimo, por volta de 12% do PNB.

3 - O custeio da Universidade (e da Educação em todos os níveis) é RESPONSABILIDADE DO ESTADO, que para isso arrecada impostos e taxas.

A partir dessas considerações algumas colocações fundamentais podem ser feitas, como PRINCÍPIOS DOS QUAIS NÃO PODEMOS ABRIR MÃO NA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO EM TODOS OS NÍVEIS;  
A GRATUIDADE GENERALIZADA - PARA TODOS

Por outro lado, EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEMESTRAIS SEJAM EXTENDIDOS AO MAGISTÉRIO SUPERIOR, dado que majoritariamente pertencemos ao regime CLT e que, com todas as críticas, os reajustes semestrais são uma vitória, ainda que parcial, todos os assalariados.

Em terceiro lugar, os professores universitários e suas Associações têm se colocado sempre A FAVOR DAS REIVINDICAÇÕES DE OUTRAS CATEGORIAS ASSALARIADAS, POR MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO. ACREDITAMOS QUE SÓ A LUTA DE TODOS OS ASSALARIADOS PODE COLOCAR EM XEQUE A POLÍTICA ECONOMICA CONCENTRACIONISTA DO GOVERNO. CONCENTRADORA PORQUE A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS CAPITALISTAS E DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRA.

Finalmente não podemos esquecer que a luta salarial, para nós docentes, não é só uma luta contra o depreciação dos salários da maioria da população e especialmente de uma parcela que são os professores de 1º, 2º e 3º graus. A luta salarial, para todos aqueles ligados ao ensino, deve ser também uma luta por mais verbas do

Estado para a Educação, por melhores condições de trabalho, pelo ensino público e gratuito, e pela melhor qualidade e em maior quantidade, do ensino, da pesquisa e da extensão, voltados para os interesses da maioria da população brasileira.

#### POR MAIS VERBAS (DO ESTADO) PARA A EDUCAÇÃO

Depois de insistentes boatos a respeito de mais uma diminuição drástica do percentual do orçamento nacional destinado à educação, a comunidade universitária conseguiu ver momentaneamente barrado mais um grande decréscimo, no entanto nosso percentual de verbas continua a decrescer.

Basta lembrar que o percentual em 1961 era de 11,2%, em 1965 de 9%, em 1970 menos de 8%, em 1978 de 4,8% e o previsto para 1980 é de 4,3% do orçamento nacional.

A diminuição na taxa de decréscimo ou

O PRIMEIRO PONTO é, no mínimo, uma afirmação gratuita e infundada, pois, até agora, não se procedeu a um levantamento, cientificamente elaborado, sobre a real caracterização da clientela dos cursos superiores. Duas pesquisas efetivadas, uma pela FUVEST (na USP) e outra pelo prof. Newton Balzan, da UNICAMP, revelam ao contrário, que a maior parte dos estudantes das 2 Universidades pertencem às camadas médias da população.

O prof. Balzan, constatou, na pesquisa realizada com os concluintes da UNICAMP, em 1978, que nesta Universidade, considerada de elite, frequentada pelas elites, apenas 0,6% dos alunos pertencem à camada privilegiada; o dobro destes, 1,2% provêm, ao contrário, das camadas mais baixas e a grande maioria pertence ao que se poderia considerar CLASSE MÉDIA. (Folha de S.P. 13/3/80)

A pesquisa da FUVEST, revela que 50% dos alunos que ingressaram na USP são de famílias cuja renda mensal é inferior a Cr\$ 25.000,00 e só 20% das famílias dos alunos classificados possuem uma renda mensal superior a Cr\$ 50.000,00.

O SEGUNDO PONTO sugere um debate bem mais amplo e profundo sobre o papel e o significado da U-

cional podem ser sintetizadas em 2 pontos:

1º - a clientela das Universidades procede das camadas sócio-econômicas mais privilegiadas e por isso o pagamento do estudo seria uma questão de JUSTIÇA SOCIAL.

2º - as IES devem responder às "necessidades das comunidades" e por isso deveriam PRESTAR SERVIÇOS, que poderiam ser remunerados e com isso a instituição se manteria por si própria.



simples manutenção do índice atual não soluciona NADA. Aliás o próprio Ministro Eduardo Portella reconhece que estas reduzidas verbas não pode assegurar nem sequer um real reajuste salarial, condizente com a inflação, quanto mais possibilitar a superação da profunda crise do ensino brasileiro e oferecer para a maioria da população um ensino de melhor qualidade.

A REDUÇÃO NA TAXA DE DECRÉSCIMO DO PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DESTINADO AO MEC NÃO INDICA QUALQUER TENDENCIA A MODIFICAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO. Aliás recentemente o MEC apresentou seu projeto de autarquia especial para a universidade - rejeitado pela comunidade acadêmica - que livra o Estado cada vez mais dos gastos com a educação e atrela a universidade aos interesses dos grupos empresariais capitalistas.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO SE CARACTERIZA POR DOIS PILARES CENTRAIS. DE UM LADO, PELA REPRESSÃO POLÍTICO/CULTURAL E PELA IMPOSIÇÃO DE UMA ESTRUTURA AUTORITÁRIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, simbolizado hoje, apesar da

ABERTURA, nas ASSESSORIAS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO, nas FICHAS MODELO 14, nas ELEIÇÕES INDIRETAS, na LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES, DISCENTES E FUNCIONÁRIOS NAS DECISÕES SOBRE A VIDA UNIVERSITÁRIA, NA PERMANENCIA DO APARELHO REPRESSIVO. DE OUTRO LADO, A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO SE MANIFESTA PELA CONTUNDENTE PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO E/OU INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS AOS INTERESSES EXTRA-EDUCACIONAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS E PRIVADAS.

Esta diminuição constante de verbas, paralela ao grande aumento de vagas, levou a UNIVERSIDADE, particularmente as públicas, a uma situação absolutamente CAÓTICA: OS SALÁRIOS DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS SOFRERAM VIGOROSO "ARROCHO"; AMPLIOU-SE O NÚMERO DE PROFESSORES EXTRA-QUADRO, MUITAS VEZES HORISTAS E MAL PAGOS; AS CONDIÇÕES DE TRABALHO SE AGRAVARAM; OS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS SE DETERIORARAM; FALTAM AS CONDIÇÕES MAIS ELEMENTARES AO BOM ANDAMENTO DO TRABALHO UNIVERSITÁRIO; AS BIBLIOTECAS SÃO PÉSSIMAS; O ENSINO, A PESQUISA E A

o PDS defende o ensino pago com base no art. 176 da Constituição (Folha de S.P.14/3/80), que se reveste do samaritano e filantrópico sentido de OS RICOS PAGAREM PA- OS POBRES.

3 - Em S. P., o reitor e o Conselho Universitário da USP pronunciaram-se contra o estabelecimento do ensino pago - anunciado pelo desastroso Maluf - o biônico governador que, enquanto não consegue fazer os alunos pagarem seus estudos, corta verbas da Universidade, desde as que subsidiam o restaurante até as que mantem o NAVIO OCEANOGRÁFICO.

4 - Em todos os Estados anunciam-se cortes de verbas das escolas; os salários dos professores (de todos os níveis) se deterioraram e as soluções apontadas pelas autoridades insistem: no pagamento pelos alunos e na transformação das Universidades em EMPRESAS e que estas providenciem seus próprios recursos.

As justificativas para tal política educa-



ensino público;

- aproveitar as campanhas salariais como momentos oportunos de denúncia à atual política educacional.

Essa CAMPANHA reveste-se, no momento atual, de uma importância extraordinária face a acelerada expansão do ensino privado, bem como a tendência revelada, pelas autoridades educacionais e pelo partido do Governo (PDS) para instituir o ensino pago nas escolas públicas, sobretudo, e inicialmente, nas Universidades.

Notícias reveladoras dessas tendências ganham, praticamente, todos os dias os noticiários dos jornais:

1 - Ministro (Eduardo Portella) sugere verbas oficiais para particulares (Folha S.P. 12/3/80). Essa sugestão diz respeito ao fortalecimento das Instituições Particulares de Ensino Superior que, segundo dados revelados pelo próprio ministro, somam: 836 escolas; 8 00.000 alunos - 70 % do alunado. Quase o monopólio!

2 - O Senador Jarbas Passarinho revela que

EXTENSÃO ESTÃO EM CRISE; O ENSINO SUPERIOR CHEGA A BEIRA DA FALÊNCIA ...

Entretanto a grande expansão de vagas para a UNIVERSIDADE se deu nas ESCOLAS PRIVADAS, em sua grande maioria simples FÁBRICAS DE DIPLOMAS E DE LUCROS. NESTAS ESCOLAS, PESQUISA E EXTENSÃO PURA E SIMPLEMENTE NÃO EXISTEM E O ENSINO CHEGA AO LIMITE MÁXIMO DA DETERIORAÇÃO. ALÉM DISSO, JUNTANDO-SE ÀS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE ENSINO E TRABALHO, SE ESTABELECE UMA VIOLENTA REPRESSÃO DESTAS EMPRESAS CONTRA AS REIVINDICAÇÕES DOCENTES E DE SUAS ASSOCIAÇÕES.

Logo A CRISE DA EDUCAÇÃO E, EM PARTICULAR, DA UNIVERSIDADE NÃO É UMA "CRISE DE CRESCIMENTO", MAS ANTES UMA "CRISE DE PRIORIDADES"; AS VERBAS DO ESTADO SÃO DESTINADAS A OUTRAS ÁREAS AGORA PRIORITÁRIAS, COMO A DA SEGURANÇA NA "MODERNIZAÇÃO" DAS ARMADAS, EM DETRIMENTO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE.

Neste contexto, além da LUTA PELO DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS REPRESSIVOS E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, o outro eixo central da luta é o ENSINO PÚBLICO E GRATUITO E

MAIS VERBAS (DO ESTADO) PARA A EDUCAÇÃO. Esta luta é a RESPOSTA CONCRETA ÀS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO, como "arresto salarial"; problema dos professores extra-quadro; deteriorização do ensino, pesquisa e extensão e à "SOLUÇÕES OFICIAIS", como o projeto de atrelamento da Universidade às empresas. RESPOSTA CONCRETA E POSITIVA, NO SENTIDO DE NÃO APENAS NEGAR A POLÍTICA EDUCACIONAL, MAS DAR UM PASSO ADIANTE, ISTO É, APONTAR DE FORMA POSITIVA UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: O ENSINO PÚBLICO E GRATUITO.

Com base no descontentamento generalizado em relação a crise da Educação Brasileira PROPONHOS A TODOS OS SETORES INTERESSADOS, UMA AMPLA CAMPANHA NACIONAL PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO E POR MAIS VERBAS (DO ESTADO) PARA A EDUCAÇÃO, através da qual devemos debater a crise da educação e lutar por SOLUÇÕES REAIS PARA TAL CRISE, NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

## A LUTA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

As ADs em seu II Encontro Nacional assumiram como PRINCÍPIO DE LUTA, entre outros, o "ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para os interesses da maioria da população brasileira" (Boletim Nacional das ADs - nº 3) e em função deste princípio propõe uma CAMPANHA NACIONAL PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO E POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO, assim definida:

- apoio à criação de Comitês de Defesa do Ensino Público e Gratuito em todo país, com a participação conjunta com Sindicatos de Professores em todos os níveis, Associações Discentes (UNE, UEEs, DCEs, ...) setores democráticos e populares organizados (Movimentos pelo Custo de Vida, Comunidades de Base, Associações de Bairros, Sindicatos ...) e demais setores democráticos e interessados da sociedade civil;

- Luta conjunta com os setores interessados, exigindo-se a imediata eliminação da cobrança de taxas escolares nas Instituições de